

KARLA BETHÂNIA LEDESMA DE NADAI

**A HORTICULTURA ORGÂNICA COMO ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.
O CASO DE CAMPO GRANDE – MS.**

CURITIBA - PR

2011

KARLA BETHÂNIA LEDESMA DE NADAI



**A HORTICULTURA ORGÂNICA COMO ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.
O CASO DE CAMPO GRANDE – MS.**

Trabalho apresentado para obtenção parcial do título de Economia no curso de Pós Graduação em Economia e Meio Ambiente com ênfase em Negócios Ambientais, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elaine Vivian Oliva

CURITIBA – PR

2011

Dedico esse trabalho a meu Pai, meu espelho como engenheiro agrônomo, amigo e guerreiro, é o grande responsável pela minha formação profissional e moral. Devo a ele o que eu sou.

E dedico a meus filhos Victor Emmanuel e Alice, que me fazem olhar e desejar um futuro melhor para eles e para a humanidade.

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar à DEUS por ser o alicerce das minhas conquistas e aspirações;

A minha família, que me incentivou e teve sempre junto nas minhas escolhas;

Aos meus colegas de trabalho, pelo companheirismo e determinação no sacerdócio que é o trabalho de orgânicos junto à agricultura familiar e que não mediram esforços nas observações e no auxílio a busca de informações.

“O homem para produzir precisa de duas coisas: suor e terra”

(Autor Desconhecido)

SUMÁRIO

SUMÁRIO	v
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE GRÁFICO	vii
LISTA DE FIGURA	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	ix
RESUMO.....	x
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVO GERAL	11
2.1. Objetivo Específico	11
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
3.1. PAA e PNAE	14
3.2. Horticultura Orgânica.....	17
4. MATERIAIS E MÉTODOS	26
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
6. CONCLUSÃO.....	41
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
ANEXOS	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS BRASILEIROS, SEGUNDO OS GRUPOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA, EM 2006.	22
TABELA 2 - USO DE AGRICULTURA ORGÂNICA NOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DA FEDERAÇÃO BRASIL, EM 2006.....	23

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 – ENQUADRAMENTO QUANTO A AGRICULTURA FAMILIAR..	35
GRÁFICO 2 - RENDA ANTERIOR	36
GRÁFICO 3 - RENDA ATUAL	36
GRÁFICO 4 – TRANSIÇÃO	37
GRÁFICO 5 - SATISFAÇÃO.....	38

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 - PROJETO PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL- PAIS.....	28
FIGURA 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA	29
FIGURA 3 - PROJETO DE ORGÂNICOS	30
FIGURA 4 - FEIRA DE ORGÂNICOS	31
FIGURA 5 - AUDITORIA DA CERTIFICAÇÃO	32
FIGURA 6 - ENTREGA DE CERTIFICAÇÃO	33
FIGURA 7 - PESAGEM DE PRODUTOS DO PAA.....	33
FIGURA 8 - ENTREGA NAS INSTITUIÇÕES DO PAA	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.
- FBB – Fundação Banco do Brasil.
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
- IBD – Instituto Biodinâmico.
- IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements
- ITC – Centro Internacional de Comércio
- MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
- OCB/MS – Organização das Cooperativas Brasileiras no MS
- ORGANOCOOP – Cooperativa dos Produtores de Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande.
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.
- PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável.
- PMCG – Prefeitura Municipal de Campo Grande.
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- PNPB – Programa Nacional da Produção e Uso do Biodiesel.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas.
- SEDESC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio.
- SESAN - Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

RESUMO

O trabalho pretendido faz uma análise histórica da produção orgânica e da agricultura familiar e metodológica da tecnologia social do PAIS, discute os resultados do PAIS no município de Campo Grande e conclui com uma análise estratégica da produção orgânica como alternativa de desenvolvimento da agricultura familiar. Na análise histórica, descreve-se a evolução da agricultura familiar e da produção orgânica nacional, até o desenvolvimento do PAIS como uma tecnologia social, incluindo sua adoção como instrumento de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar em Campo Grande, e sua evolução até transformar-se em uma referência nacional atualmente. Para tanto, são apresentadas as ações da iniciativa público-privada que culminaram na expansão do número de produtores contemplados no PAIS, no desenvolvimento de canais de comercialização e de alternativas de processamento e no fomento à organização dos produtores através do cooperativismo. Os resultados da horticultura orgânica são discutidos sob o enfoque social, ambiental e econômico, analisando-se sua evolução e ganhos sociais para o município. Por fim, a análise estratégica aponta as vantagens e os gargalos existentes atualmente em Campo Grande – MS, indicando as melhorias necessárias para alavancar a produção orgânica como uma alternativa de desenvolvimento da agricultura familiar.

ABSTRACT

The intention of this study is to provide a historical analysis of the organic production in the family and methodological agriculture of the social technology of PAIS, discusses the results of PAIS in the city of Campo Grande and concludes with a strategic analysis of organic production as an alternative for the development of family agriculture. In the historical analysis, we describe the evolution of family agriculture and national organic production, to the development of PAIS as a social technology, including its adoption as a sustainable development instrument for family agriculture in Campo Grande, Is currently a national reference. To this end, the actions of the public-private initiative are presented, culminating in the expansion of the number of producers contemplated in the PAIS, in the development of commercialization channels and alternative processing and in the promotion of the organization of producers through cooperativism. The results of organic horticulture are discussed under the social, environmental and economic approach, analyzing their evolution and social gains for the city. Finally, the strategic analysis points out the advantages and bottlenecks currently existing in Campo Grande - MS, indicating the improvements needed to leverage organic production as an alternative for the development of family agriculture.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil teve início com o processo de colonização do País. Estabeleceu-se de forma periférica às grandes explorações que constituíram os diversos ciclos econômicos através dos séculos, sempre abastecendo a mesa dos brasileiros. No entanto, somente em 24 de Julho de 2006 foi reconhecida, especificada e mensurada através da Lei 11.326, recebendo, a partir daí, a devida importância.

Diversas políticas públicas e volumosos recursos financeiros têm sido colocados à disposição deste segmento, até um Ministério foi criado e se dedica praticamente com exclusividade à agricultura familiar, o MDA. Entretanto, fatores como a diversidade de origem regional e cultural dos agricultores familiares, as condições intrínsecas que caracterizam as numerosas iniciativas de fomento à produção da agricultura familiar e a grande quantidade de entidades públicas e privadas envolvidas na questão deixam transparecer um estado atual de busca de opções que viabilizem definitivamente a fixação do agricultor e sua família no campo, agregando renda e melhorando sua qualidade de vida.

O Município de Campo Grande, com aproximadamente 8.500 km², conta com vários assentamentos rurais em seu território, além de comunidades de agricultores tradicionais e outros, urbanos ou peri-urbanos. Reconhecendo a importância deste segmento, a Prefeitura estruturou uma Secretaria Municipal para que, em parceria com diversos órgãos estaduais e federais, desenvolvesse ações voltadas à viabilização deste objetivo.

Dentre essas ações, a horticultura orgânica se mostrou uma alternativa que sinergicamente gera maior renda, pelo valor agregado elevado do produto, e se viabiliza justamente pelo emprego da mão de obra familiar como principal recurso humano.

Assim, o presente projeto se propõe a analisar sua viabilidade, estudando a horticultura orgânica desenvolvida por 120 agricultores familiares de Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul, sendo atualmente considerada uma referência nacional de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

2. OBJETIVO GERAL

Demonstrar a viabilidade da horticultura orgânica como alternativa de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar.

2.1. Objetivo Específico

- a.** Demonstrar os benefícios sócio-ambientais do sistema orgânico para a família do produtor e a comunidade;
- b.** Caracterizar a tecnologia social da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS;
- c.** Ressaltar a importância do cooperativismo na comercialização e distribuição da produção orgânica;
- d.** Apresentar alternativas de processamento e comercialização da produção;
- e.** Analisar o papel da iniciativa pública no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A agricultura familiar no Brasil é muito diversificada, impossibilitando uma definição precisa e até mesmo correta, considerando que essas famílias exploram minifúndios extremamente pobres em determinadas regiões, e em outros casos circulam pelos meios mais rentáveis do agronegócio.

Do ponto de vista legal, o conceito de “agricultura familiar” foi regulamentado pela Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006, e estabelece em seu Artigo Terceiro que:

“considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1o O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais (BRASIL, 2006a p.1)”.

Apesar da regulamentação supracitada cabe salientar que os agricultores familiares se diferenciam, sobretudo, pelas potencialidades e restrições vinculadas à disponibilidade de recursos e de capacitação adquirida, assim como à outros aspectos sustentáveis, em especial a inserção ambiental e socioeconômica que podem variar expressivamente entre grupos de produtores em função de um conjunto de fatores, desde a localização até as características do meio-ambiente no qual estão inseridos (BUAINAIN, 2006).

No Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, ou 84,4% do total, ocupando 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total dos estabelecimentos, mas ocupavam 75,7% da sua área (BRASIL, 2006b).

Em 2006 a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja, correspondendo a 16% da produção nacional (BRASIL, 2006b).

Ainda embasado no Censo Agropecuário de 2006, verifica-se que a agricultura familiar respondeu por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esta participação menor nas receitas em parte é explicada porque apenas três milhões (69%) dos produtores familiares declararam ter obtido alguma receita no seu estabelecimento durante o ano de 2006, ou seja, quase 1/3 da agricultura familiar declarou não ter obtido receita naquele ano. (BRASIL, 2006b).

Os três milhões de agricultores familiares com alguma receita de venda dos produtos dos estabelecimentos tinham receita média de R\$ 13,6 mil, especialmente com a venda de produtos vegetais, que representavam mais de 67,5% das receitas obtidas. A segunda principal fonte de receita da agricultura familiar eram as vendas de animais e seus produtos (21%). Entre as demais receitas se destacavam a “prestação de serviço para empresa integradora” e de “produtos da agroindústria” familiar (BRASIL, 2006b).

Entre os 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 3,2 milhões de produtores eram proprietários representando 74,7% dos estabelecimentos familiares e 87,7% de sua área. Outros 170 mil produtores se declararam na condição de “assentado sem titulação definitiva. Entretanto, 691 mil produtores tinham acesso temporário ou precário às terras, seja como arrendatários (196 mil), parceiros (126 mil) ou ocupantes (368 mil). Os estabelecimentos menos extensos eram os de parceiros, que contabilizaram uma área média de 5,59 ha (BRASIL, 2006b).

Cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos familiares declararam algum valor de produção, cujo total atingiu R\$ 143,8 bilhões em 2006. A agricultura familiar foi responsável por 38% (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. A produção vegetal gerou 72% do valor da produção da agricultura familiar, especialmente com as lavouras temporárias (42% do valor da produção) e permanentes (19%). Em segundo lugar vinha a atividade animal (25%), especialmente com animais de grande porte (14%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil. A

criação de aves tinha o menor valor médio, R\$ 1,56 mil, e a floricultura o maior, cerca de R\$ 17,56 mil (BRASIL, 2006b).

3.1. PAA e PNAE

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.873 de 15 de agosto de 2006, é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivos:

- “- Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- Contribuir para formação de estoques estratégicos;
- Permitir aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos;
- Promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2007, p.3).”

Ainda do mesmo documento extrai-se que o PAA, sem a necessidade de licitação, adquire alimentos de agricultores familiares, destinando-os a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. No período de 2003 a 2005, o programa foi operado com recursos disponibilizados para o MDS, e desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e através de parcerias entre a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, governos estaduais e municipais (BRASIL, 2007).

Segundo BRASIL (2007), em 2006 o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA passa a ter maior participação no PAA passou por meio da Secretaria de Agricultura Familiar, com dotação orçamentária própria. Assim a partir de 2006, o MDA contempla com recursos orçamentários próprios a operacionalização de duas modalidades do programa: a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e a Compra Direta da Agricultura Familiar.

Conforme a Secretaria de Agricultura Familiar descreve em seu site, as duas modalidades do PAA apresenta-se como:

- “a) Formação de Estoques pela Agricultura Familiar: Esta modalidade propicia instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos alimentícios. Operada por meio de organizações da agricultura familiar,

disponibiliza recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares e forme estoque de produtos para posterior comercialização. O limite anual de recursos por organização e por agricultor familiar é definido pelo Grupo Gestor e é não cumulativo com as demais modalidades, desde que realizada a liquidação financeira.

A organização de agricultores familiares, juntamente com seus associados, identifica a possibilidade de formação de estoque de determinado produto e elabora uma proposta de participação, por meio da ferramenta de elaboração de propostas PAAnet, que é entregue à Superintendência Estadual da Conab mais próxima.

Esta proposta define qual será o produto a ser estocado, o prazo para a formação de estoque, quais produtos serão adquiridos e seus respectivos preços e quem são os agricultores familiares beneficiados. Fornece também subsídios à elaboração da Cédula de Produto Rural - CPR. Aprovada a proposta, a organização emite a CPR e a Conab disponibiliza recursos financeiros do MDA para que a organização inicie o processo de aquisição de alimentos dos agricultores familiares listados. Produtos alimentícios, oriundos da agricultura familiar, próprios para consumo humano, não podendo ser de safra anterior ao do período de contratação.

b) Compra Direta da Agricultura Familiar: Voltada à aquisição da produção da agricultura familiar em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. O valor máximo de comercialização, por agricultor familiar, é definido anualmente.

É operacionalizada pela Conab com recursos do MDA e do MDS, de acordo com a situação dos preços dos produtos e da demanda apresentada pelos agricultores familiares. O produto *in natura* deverá estar limpo, seco, enquadrado nos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo MAPA e o produto beneficiado acondicionado e nos padrões definidos pelos órgãos competentes e entregue nos Polos de Compra (Unidades Armazenadoras próprias ou credenciadas, indicadas pela Conab) ou nos Polos Volantes de Compra” (BRASIL, 2011a).

Favorecendo a agricultura familiar, tem-se também o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o qual foi implantado em 1955, garantido a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas, através da transferência de recursos financeiros (BRASIL, 2011b).

“Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: união, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII). A partir de 2010, o valor repassado pela União a estados e municípios foi reajustado para R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. As creches e as escolas indígenas e quilombolas passam a receber R\$ 0,60. Por fim, as escolas que oferecem ensino integral por meio do programa Mais Educação terão R\$ 0,90 por dia. Ao todo, o PNAE beneficia 45,6 milhões de estudantes da educação básica.

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAEs, pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, pela Secretaria Federal de Controle Interno SFCI e pelo Ministério Público. O orçamento do programa para 2011 é de R\$ 3,1 bilhões, para beneficiar 45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 930 milhões – devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades.

Da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural o Artigo 18 coloca que: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009.” E o Artigo 20 coloca que os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem

fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2011b).”

3.2. Horticultura Orgânica

Lago e Pádua (1984) indicam a ocorrência de muitas mudanças na inter-relação o homem e a natureza, no que tange aos aspectos decorrentes de problemas ambientais, especialmente ao longo do século XX. Durante décadas, observou-se ano após ano, a deterioração dos recursos naturais de forma predatória. A partir do século XIX, inicia-se com maior conotação a consciência das possíveis conseqüências socioeconômicas da destruição ambiental, porém sem ações de recuperação ou mitigação. Uma vez que a poluição industrial da época era intensa, e, no entanto não eram discutidos seus impactos socioambientais, pois, a massa afetada diretamente pela degradação dos recursos ambientais era a massa de trabalhadores, ou seja, a camada menos favorecida da sociedade.

A agroecologia é entendida como campo de conhecimento que visa desenvolver as bases teóricas, científicas e metodológicas para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Essa agricultura se estrutura em processos produtivos que são gerados pela integração do conhecimento científico e do conhecimento local, levando em consideração as bases ecológicas que regem os processos reprodutivos dos diferentes elementos do ecossistema (BUAINAIN, 2006).

“De várias maneiras, a produção orgânica conserva os recursos naturais, dá maior proteção ao ambiente do que a agricultura “convencional”. A crescente pressão da opinião pública para a conservação do solo e das águas e para a proteção do meio ambiente irá gerar interesse cada vez maior pelas práticas da produção orgânica nos países em desenvolvimento” (ALTIERI, 1989, p.122).

Dentro da agricultura orgânica podemos destacar a fertilidade do solo como o fator mais importante do sistema orgânico de produção. Um solo vivo, isto é composto por microrganismos, é considerado um solo saudável, capaz de manter os elementos químicos necessários a planta, além de conservar a água, a aeração e a temperatura do solo.

As conseqüências mais abruptas que poderiam acontecer com o solo, se dão através da utilização de aditivos químicos e sintéticos de forma demasiada. O que nada condiz com as características do solo preservado, com a fisiologia das plantas e animais e, conseqüentemente, do ambiente (ORMOND, 2002).

De acordo com o regulamento da Comunidade Econômica Européia - CEE, de 1991, a fertilidade e a atividade biológica dos solos devem ser mantidas ou melhoradas, nos casos adequados, através:

“a) do cultivo de produtos hortícolas, adubos verdes ou plantas com sistema radicular profundo, no âmbito de um programa de rotação plurianual adequado; e/ou

b) da incorporação nos solos de matérias orgânicas de compostagem ou não

Ainda segundo o referido regulamento, o combate aos inimigos naturais, parasitas, doenças e infestações devem ter por base a escolha de espécies repelentes, hospedeiras, de variedades apropriadas, da utilização da rotação de culturas, processos mecânicos de combate, disseminação de predadores, controladores biológicos, inseticidas naturais, entre outros (ORMOND *et al*, 2002, p.6)”.

De acordo com Altieri (1989, p. 172), os produtores da agricultura familiar reduzem as ameaças das condições instáveis, como pragas e daninhas, enquanto gera uma fonte de renda e de nutrição estável, otimizando os retornos sob níveis baixos de tecnologia.

Ormond (2002) ainda destaca que:

“A Instrução Normativa 007/99, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em seu item 1.1, considera “sistema orgânico de produção agropecuária e industrial todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados (OGM)/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação, visando:

- a) a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente;
- b) a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo;
- c) a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar;
- d) o fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos, e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais. (Anexo Decreto Nº 6.323 de 27/12/2007 e Lei Nº 10.831 de 23/12/2003)

Todo produto obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou industrial, seja in natura ou processado, é considerado orgânico. De acordo com o regulamento CEE 2092/91, as plantas comestíveis ou partes comestíveis de plantas (frutos, sementes, talos, folhas, raízes, etc.) que cresçam de forma espontânea em áreas naturais, florestas e áreas agrícolas são consideradas um produto orgânico, quando as áreas onde são encontradas não tenham sido tratadas com produtos químicos e/ou sintéticos, durante três anos precedentes à colheita. A colheita não poderá afetar a estabilidade do ecossistema nem prejudicar a conservação das espécies nativas (ORMOND *et al*, 2002, p.7”).

O conceito abrange os processos atualmente conhecidos como “ecológico, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura”. Produtor orgânico, segundo a Instrução, pode ser tanto o produtor de matérias-primas como seus processadores.

Ormond, et al., (2002) indica que a história da agricultura orgânica remete-se ao início da década de 20, citando o pesquisador inglês Albert Howard, que, em viagem à Índia, identificou o emprego por camponeses locais de práticas agrícolas como compostagem e adubação orgânica, relatando-as posteriormente em seu livro *Um Testamento Agrícola*, de 1940.

O mesmo autor relato o emprego de técnicas de produção orgânica em outras localidades em épocas próximas:

“Na mesma época, na França, Claude Aubert difundiu o conceito e as práticas da agricultura biológica, na qual os produtos são obtidos pela utilização de rotação de culturas, adubos verdes, esterco, restos de culturas, palhas e outros resíduos vegetais ou animais, bem como controle natural de pragas e doenças. O uso de fertilizantes, adubos e defensivos

sintéticos é suprimido no manejo das lavouras. Aceleradores artificiais de crescimento ou engorda também são abolidos no manejo de animais, somente sendo aplicadas as vacinas obrigatórias. A fitoterapia, a homeopatia e a acupuntura são os tratamentos utilizados em casos de doenças.

Na Alemanha, em 1924, Rudolf Steiner lançou as bases da agricultura biodinâmica, que busca a harmonia e o equilíbrio da unidade produtiva (terra, plantas, animais e o homem) utilizando as influências do sol e da lua. E que no Japão, em 1935, Mokiti Okada definiu a filosofia do que seria uma “agricultura natural”, segundo a qual existem espírito e sentimento em todos os seres vivos (vegetal e animal). A agricultura natural valoriza o solo como fonte primordial de vida e, para fertilizá-lo, procura fortalecer sua energia natural utilizando os insumos disponíveis no local de produção para adubar e fertilizar a terra. Seu objetivo máximo é obter produtos por sistemas agrícolas que se assemelhem às condições originais do ecossistema.

Na Austrália, em 1971, Bill Mollison difundiu o conceito de permacultura, que também é um modelo de agricultura integrada com o ambiente. O uso de informações sobre direção do sol e dos ventos para determinar a disposição espacial das plantas é o que diferencia essa corrente das demais (ORMOND *et al*, 2002, p.8”).

Ormond *et al* (2002) salienta que os primeiros movimentos em favor de sistemas orgânicos preservam pouca conexão com a agricultura orgânica praticada nos dias atuais, visto que no princípio não existiam regulamentos, padrões ou interesse em questões ambientais e de segurança alimentar.

O mesmo autor revendo desde a década de 70 aos dias atuais indica que os primeiros produtos orgânicos surgiram na década de 70 no comércio europeu, porém a produção de orgânico se consolidou somente no final dos anos 80 e posteriormente, nos anos 90, apoiado e regulamentado no programa do *Council Regulation* da CEE, através do documento 2092/91, de 24 de junho de 1991, o movimento orgânico se expandiu. Esse documento normatizou seus padrões da produção animal e vegetal, processamento, comercialização e importação. Esse documento foi um marco para a regulamentação da cadeia de produção orgânica, o qual, frequentemente, segue sendo modificado, adaptado e atualizado.

Paralelamente, no Brasil havia nos anos 70 os primórdios da produção orgânica, a qual estava vinculada a movimentos filosóficos voltados ao resgate do contato do homem com a terra, a uma alternativa no modo de vida em oposição ao

consumismo. Na época buscava fugir do emprego de adubos e defensivos químicos, assim como das vias tradicionais de comercialização, sendo substituída pela compra direta do produtor. Ormond *et al* (2002) aponta que impulsionada pela tendência de alimentação saudável e pela disseminação de conceitos de preservação ambiental, houve a expansão da demanda pelos produtos orgânicos na década de 80, fortalecida ainda mais pela ECO 92, nos anos 90, resultando na ampliação da produção e dos pontos de venda, destacando-se a entrada desses produtos no principal canal de comercialização existente, o supermercados.

Assim, o autor indica a disseminação da produção orgânica pelo mundo como fruto da demanda crescente e da oportunidade visualizada por novos investidores, o que afastou a produção orgânica daquele primeiro movimento filosófico inicial.

Ormond *et al* (2002) quantifica esse crescimento da agricultura orgânica, especialmente no Brasil, através de estimativas informadas pelas principais certificadoras e associações de agricultura orgânica de cada estado, que apontam um crescimento de 10% ao ano nos anos 90, evoluindo para valores próximos a 50% ao ano entre 2000 e 2002. Esse crescimento registrado é maior que o existente em países da União Europeia e Estados Unidos, onde o mercado crescia em média 20 % a 30% ao ano, no mesmo período.

Na época, o Instituto Biodinâmico - IBD certificou cerca de 2000 produtores em 60.000 hectares, o que somado às certificações realizadas por entidades certificadoras totalizou-se, na época, aproximadamente 4.500 produtores certificados no Brasil na safra 1999/2000, ocupando uma área aproximada de 100.000 hectares.

As feiras orgânicas em cidades como Porto Alegre, Curitiba, Londrina, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília movimentaram em torno de R\$ 1 milhão por ano, no início de 2000. Saliendo-se que essas regiões do país, concentravam cerca de 70% da produção nacional de alimentos orgânicos (ORMOND *et al*, 2002).

No Brasil, em 2006 os estabelecimentos agropecuários produtores de orgânicos representavam, aproximadamente, 1,8% do total investigado no Censo Agropecuário 2006. Na distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos por grupo de atividade econômica, predominavam a pecuária e criação de outros

animais, com 41,7% e a produção das lavouras temporárias, com 33,5%. Os estabelecimentos com plantios de lavoura permanente e de horticultura/floricultura figuravam com proporções de 10,4% e 9,9%, respectivamente, seguidos dos orgânicos florestais (plantio e extração) com 3,8% do total. (BRASIL, 2006b)

As exportações brasileiras são recentes e têm ocorrido, sobretudo, para a União Européia, Estados Unidos e Japão. Os principais produtos exportados são café (Minas Gerais); cacau (Bahia); soja, açúcar mascavo e erva-mate (Paraná); suco de laranja, óleo de dendê e frutas secas (São Paulo); castanha de caju (Nordeste) e guaraná (Amazônia). As últimas estimativas indicam que as exportações brasileiras já atingem cerca de U\$ 100 milhões anuais, sendo 80% dos produtos originários de médios produtores, 10 % de pequenos e 10% de grandes produtores rurais (BRASIL, 2006b).

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS BRASILEIROS, SEGUNDO OS GRUPOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA, EM 2006.

Grupos da atividade econômica	Distribuição dos estabelecimentos produtores orgânicos	
	Absoluta	Percentual (%)
Total	90.497	100
Produção de lavouras temporárias	30.168	33,34
Horticultura e floricultura	8.900	9,83
Produção de lavouras permanentes	9.557	10,56
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	52	0,06
Pecuária e criação de outros animais	38.014	42,01
Produção florestal – florestas plantadas	1.638	1,81
Produção florestal – florestas nativas	1.644	1,82
Pesca	153	0,17
Aqüicultura	371	0,41

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (BRASIL, 2006).

Ormond *et al* (2002) ressalta que os produtos originados de produção orgânica ainda representam uma parte muito pequena do mercado de alimentos porém assumiram um papel importante na mídia internacional por tratar-se de antítese aos alimentos geneticamente modificados. As informações sobre sua participação no mercado mundial são imprecisas e difusas, uma vez que até o início

de 2002 não existiam dados consolidados sobre o volume e o valor de produtos orgânicos comercializados no mundo. A exemplo, o autor indica a estimativa realizada pelo Centro Internacional de Comércio - ITC de que esse mercado movimentou cerca de US\$ 10 bilhões em 1997 e sua projeção para 1998 de US\$ 13 bilhões.

A partir desses valores a IFOAM previu um movimento de US\$ 20 bilhões em 2000, considerando para tanto, um crescimento médio de 22,5% a.a. Concomitantemente, a instituição inglesa *Organic Monitor* projetava um cenário ainda mais positivo, em função da inquietação dos consumidores com as divulgações de casos de contaminações alimentares, além das consequências no padrão de consumo em razão da crise da “vaca louca”, da febre aftosa e de alimentos geneticamente modificados (ORMOND et al, 2002).

No Brasil, a agricultura orgânica é empregada em 1,7% do total de estabelecimentos, sendo desse montante apenas 5,6% são certificados, o que representa 0,1% do total de estabelecimentos brasileiros efetivamente considerados como orgânicos. O Estado do Mato Grosso do Sul é responsável por 0,6% do total de estabelecimentos certificados como orgânicos, pois 1,3% do total de estabelecimentos brasileiros estão no Mato Grosso do Sul, e do total de locais que empregam a agricultura orgânica, 0,8% situam-se no Estado em questão (Tabela 2).

TABELA 2 - USO DE AGRICULTURA ORGÂNICA NOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DA FEDERAÇÃO BRASIL, EM 2006.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total de estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos			
		Total	Faz e é certificado por entidade credenciada	Faz e não é certificado por entidade credenciada	Não faz
Brasil	5.175.489	90.497	5.106	85.391	5.084.992
Norte	475.775	6.133	351	5.782	469.642
Rondônia	87.077	927	135	792	86.150
Acre	29.482	485	15	470	28.997
Amazonas	66.784	1.211	20	1.191	65.573
Roraima	10.310	64	1	63	10.246
Pará	222.028	2.362	136	2.226	219.666
Amapá	3.527	29	-	29	3.498
Tocantins	56.567	1.055	44	1.011	55.512
Nordeste	2.454.006	42.236	1.218	41.018	2.411.770

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total de estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos			
		Total	Faz e é certificado por entidade credenciada	Faz e não é certificado por entidade credenciada	Não faz
Maranhão	287.037	3.256	77	3.179	283.781
Piauí	245.378	3.712	79	3.633	241.666
Ceará	381.014	4.865	167	4.698	376.149
Rio Grande do Norte	83.052	2.266	95	2.171	80.786
Paraíba	167.272	3.362	58	3.304	163.910
Pernambuco	304.788	6.425	208	6.217	298.363
Alagoas	123.331	2.117	40	2.077	121.214
Sergipe	100.606	1.039	41	998	99.567
Bahia	761.528	15.194	453	14.741	746.334
Sudeste	922.049	18.715	1.366	17.349	903.334
Minas Gerais	551.617	12.910	641	12.269	538.707
Espírito Santo	84.356	1.466	152	1.314	82.890
Rio de Janeiro	58.482	968	122	846	57.514
São Paulo	227.594	3.371	451	2.920	224.223
Sul	1.006.181	19.275	1.924	17.351	986.906
Paraná	371.051	7.527	909	6.618	363.524
Santa Catarina	193.663	3.216	353	2.863	190.447
Rio Grande do Sul	441.467	8.532	662	7.870	432.935
Centro-Oeste	317.478	4.138	247	3.891	313.340
Mato Grosso do Sul	64.862	753	31	722	64.109
Mato Grosso	112.978	1.619	79	1.540	111.359
Goiás	135.683	1.605	113	1.492	134.078
Distrito Federal	3.955	161	24	137	3.794

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (BRASIL, 2006).

Dentro do Estado do Mato Grosso do Sul, a capital, Campo Grande, possui 1.569 estabelecimentos agropecuários (BRASIL, 2006). Em 2011, 130 estabelecimentos agropecuários da capital empregam a agricultura orgânica, 63 são certificados como orgânicos e outros 20 se encontram em processo de certificação segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, no prelo).

Comparada a média nacional, o índice de estabelecimentos agropecuários em Campo Grande que empregam a agricultura familiar é 4,7 vezes

superior. Da mesma maneira, o índice de estabelecimentos certificados em Campo Grande é 40 vezes maior que a referência nacional.

O SEBRAE (no prelo) indica que esse maior emprego e divulgação da agricultura orgânica e sua certificação nos estabelecimentos agropecuários da capital sulmatogrossense deve-se à adoção de tecnologias sociais, em especial a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS.

A instituição aponta o surgimento do conceito de Tecnologia Social à busca por instrumentos, técnicas e processos acessíveis, ou seja, facilmente disponíveis a custos baixos e passíveis de serem aplicados em qualquer região do país. É sob esse conceito que se encontra a tecnologia social PAIS, por ser uma oportunidade à agricultura familiar, de trabalho e renda, encaixando-se na demanda de implementar melhorias na produção e no consumo própria desse público-alvo.

Justificando o termo PAIS adotado, essa tecnologia é enquadrada como agroecológica por estar pautada em uma produção com baixo impacto ambiental, sem emprego de agrotóxicos, queimadas ou desmatamentos. É considerada integrada por conciliar, em todo o processo de produção, a produção vegetal com a criação de animais e por fim, é denominada sustentável por fomentar a organização social dos produtores (cooperativas, associações), indicar técnicas de planejamento e comercialização que incrementam a rentabilidade do produtor e por buscar preservar os recursos naturais existentes na propriedade e em sua área de influência, voltados a resultados positivos para as gerações atual e futura (SEBRAE, no prelo).

4. MATERIAIS E MÉTODOS

Para que o estudo do caso de Campo Grande - MS fosse analisado, foram usadas duas ferramentas básicas de coleta de dados, a observação e a pesquisa. As áreas de estudo compreenderam 63 produtores de orgânicos pertencentes a um grupo de 120 produtores do projeto PAIS distribuídos em 12 localidades distintas do Município.

Esses 63 produtores foram escolhidos para o estudo, por se tratarem dos que receberam a certificação como produtores de orgânicos, portanto, o trabalho trata exclusivamente de propriedades certificadas.

O município de Campo Grande está situado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no centro de Mato Grosso do Sul (Microrregião de Campo Grande). Geograficamente, o município de Campo Grande se situa próximo da fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia. Localiza-se na latitude de 20°26'34" Sul e longitude de 54°38'47" Oeste. Está equidistante dos extremos norte, sul, leste e oeste e se situa a 1 134 km de Brasília (WIKIPÉDIA, 2011).

Apesar de ser uma cidade serrana, apresenta topografia plana e a Formação Serra Geral é constituída pela sequência de derrames basálticos, ocorridos entre os períodos Jurássico e Cretáceo, na Era Mesozoica. Estas rochas efusivas estão assentadas sobre arenitos eólicos da Formação Botucatu e capeadas pelos arenitos continentais, fluviais e lacustres. Sua menor altitude é 590 metros e a maior é de 801 metros, tendo altitude média de 695 metros (WIKIPÉDIA, 2011).

Possui temperaturas bastante variáveis durante o ano. Predomina o clima tropical com estação seca, com duas estações muito bem definidas: quente e úmida no verão e menos chuvosa e mais amena no inverno. Nos meses de inverno a temperatura pode cair bastante, em certas ocasiões. Precipitação média de 1 225 mm ao ano, com variações durante certos anos (para mais ou para menos). A amplitude térmica é relativamente elevada devido à pouca influência da maritimidade, ou seja, a cidade está muito distante do oceano (WIKIPÉDIA, 2011).

A observação ocorre desde 2008, onde se pode acompanhar *in loco* toda a evolução dos produtores, as suas transformações, principalmente a de agricultores convencionais para agricultores orgânicos, a busca incessante por meios eficazes de comercialização e o processo de organização e formalização do grupo.

A sistemática de trabalho, que, por conseguinte, tornou-se a de observação, aconteceu por meio de visitas semanais, com o objetivo de levar a informação ao produtor através da metodologia de assistência técnica e extensão rural. Acompanhamos e instruímos todo o processo de certificação do grupo junto ao IBD (certificadora) e auxiliamos no processo de formalização dos produtores como cooperativa, com a participação primordial da OCB – MS.

A pesquisa foi realizada através de um questionário fechado (Anexo) com todos os 63 (sessenta e três) produtores que foram certificados como orgânicos, e que comercializam os seus produtos como tal. A pesquisa foi feita através de perguntas diretas, acompanhadas de esclarecimentos quando necessário, por parte do entrevistador, buscando sempre total isenção nas respostas.

Consta no questionário 14 perguntas, que contemplam dados relativos à experiência com a horticultura, enquadramento quanto agricultura familiar, escolaridade, familiares, mão de obra, renda e satisfação.

Com essa pesquisa pode-se observar a evolução econômica e social, e a influência do poder público e o grau de satisfação do produtor.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A agricultura familiar em Campo Grande – MS é relativamente recente, os assentamentos mais antigos não possuem mais de 10 anos, e os loteamentos de pequenos produtores, relatam os documentos do INCRA, possuem menos de 60 anos.

FIGURA 1 - PROJETO PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL- PAIS.



O projeto em questão contempla 120 produtores da agricultura familiar que estão distribuídos em todo o município de Campo Grande. Estes produtores se dividem em Assentados do Crédito Fundiário, Assentados do INCRA, Comodatários, Meeiros ou Parceiros, Quilombolas e Produtores Tradicionais. Os referidos produtores se enquadram nos parâmetros exigidos pelo MDA e possuem a Declaração de Aptidão – DAP ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF documento que caracteriza um produtor como sendo da Agricultura Familiar.

O projeto PAIS teve início no município de Campo Grande em janeiro de 2008, com a parceria do SEBRAE - MS, Fundação Banco do Brasil e a Prefeitura Municipal de Campo Grande. A Fundação Banco do Brasil doou o recurso financeiro, o SEBRAE comprou os *kits* e a Prefeitura Municipal de Campo Grande

selecionou e capacitou os produtores, implantou os projetos e presta assistência técnica.

FIGURA 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA



A ação da Prefeitura através de um corpo técnico formado por Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários, Administradores e Técnicos Agrícolas, que realizam o trabalho de extensão rural e assistência técnica permanente. As ferramentas utilizadas para a transferência de informação é a metodologia típica de extensão rural, com visitas semanais as propriedades, distribuição de cartilhas de agroecologia, realização de capacitações coletivas, visitas técnicas e dias de campo.

FIGURA 3 - PROJETO DE ORGÂNICOS

Em 2009 surgiu a necessidade de um meio mais eficaz de comercialização dos produtos orgânicos, pois a maioria dos produtores comercializava os seus produtos como convencionais, nas feiras, mercados e na CEASA/MS. A solução mais plausível na época foi a criação de uma Feira de Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar, pois a legislação de orgânicos do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, autorizava a venda direta dos produtos pelos produtores em feiras orgânicas.

Assim, foi implementado em 2009 o Projeto de Orgânicos, que tinha como principal objetivo o incentivo à produção de orgânicos em Campo Grande. As ações previstas no projeto contemplavam capacitação dos técnicos, palestras para os produtores, missões técnicas, placas de identificação das propriedades, divulgação e a aquisição de bancas para a feira. Desta forma, os 120 produtores passaram a ter um local específico para a comercialização dos seus produtos orgânicos. A Feira de Orgânicos acontece em Campo Grande às quartas-feiras e sábados, em uma praça central na área nobre, conhecida como Praça do Rádio Clube, das 6 horas até aproximadamente às 10 horas do período da manhã. (Anexo material de Divulgação da Feira)

FIGURA 4 - FEIRA DE ORGÂNICOS

Durante o ano de 2010 várias oportunidades de negócio foram surgindo, mas o fato de não terem uma organização formal, impossibilitava a comercialização em grupo. Por este motivo, 63 produtores decidiram formar uma cooperativa de produtores de orgânicos da agricultura familiar, a ORGANOCOOP. (Anexo a Lista dos produtores certificados pelo IBD)

Em janeiro de 2011, a venda direta foi proibida pelo MAPA, significando que todos os produtos comercializados como orgânicos deveriam possuir uma certificação. Por incentivo da parceria PMCG / SEBRAE/ FBB, os cooperados procuraram o IBD – Instituto Biodinâmico e fizeram uma proposta de certificação coletiva. Este processo foi coordenado pelo SEBRAE e executado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

O Instituto Biodinâmico foi fundado em 1982, com sede em Botucatu - SP. No País, existem 230 projetos certificados e em processo de certificação pelo IBD, dos quais participam 2 mil produtores, totalizando cerca de 62.000 ha. O IBD é a única certificadora no Brasil com dois credenciamentos internacionais: o primeiro credenciamento é da IFOAM, que garante ao IBD acesso aos mercados dos USA e Japão, e o segundo, do Círculo de Credenciamento Alemão – DAR garante-lhe acesso a toda a Comunidade Europeia.

FIGURA 5 - AUDITORIA DA CERTIFICAÇÃO

A certificação é a garantia da procedência e da qualidade orgânica de um alimento natural ou processado. O agricultor ganha um diferencial de mercado, ao oferecer produtos de melhor qualidade e mais valorizados, estabelecendo uma relação de confiança com o consumidor.

Na certificação, produtores e processadores são inspecionados e orientados segundo as normas de produção orgânica. O consumidor tem a garantia de um alimento sem contaminação química, cuja produção respeita o meio ambiente e o trabalhador. No caso dos produtores da ORGANOCOOP, o acompanhamento e a orientação foram realizados pela parceria IBD/PMCG.

FIGURA 6 - ENTREGA DE CERTIFICAÇÃO

Em março de 2011, os 63 agricultores receberam as suas certificações como produtores de orgânicos, tornando-se a primeira cooperativa de produtores da agricultura familiar com 100% dos seus associados certificados (reportagem em anexo). Este novo status os colocou em outro patamar, passaram a vender seus produtos na feira, em uma empresa de “papinha” orgânica, no PAA e no PNAE.

FIGURA 7 - PESAGEM DE PRODUTOS DO PAA

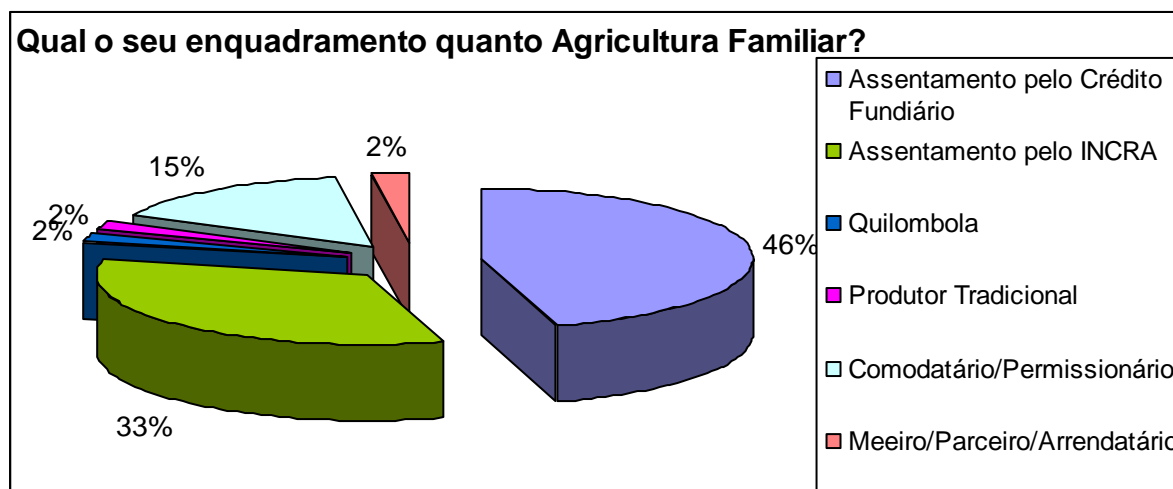
FIGURA 8 - ENTREGA NAS INSTITUIÇÕES DO PAA

O PAA no município de Campo Grande acontece desde 2008. Hoje, com as novas exigências e normativas, os produtores passaram a receber 30% a mais pelos produtos orgânicos certificados. A modalidade do PNAE também tem esta diferenciação no pagamento, com o agravante de ser uma exigência prevista na própria lei que prioriza os produtos orgânicos na alimentação escolar.

Entre os dados obtidos através da pesquisa, os mais significativos foram os seguintes:

Como pode ser observado no Gráfico 1, o grupo de produtores orgânicos de Campo Grande – MS é bem diversificado. Constata-se que os produtores do crédito fundiário são os representantes da maior área da pesquisa com 46%, e isto se deve ao perfil mais empreendedor deste segmento, pois pagaram pela terra e conseqüentemente precisam torná-la produtiva. São também os produtores mais dispostos à inovação, e com o grau de escolaridade mais elevado. Os produtores do INCRA ocupam o segundo lugar, com 33 %, e esse posto é bem significativo, pois se trata de apenas dois assentamentos em todo o grupo. São produtores que também precisam tornar os seus empreendimentos rurais rentáveis, por terem dívidas anuais a serem quitadas com o PRONAF.

GRÁFICO 1 – ENQUADRAMENTO QUANTO A AGRICULTURA FAMILIAR



A cidade de Campo Grande possui uma característica peculiar, que é a disponibilização de áreas de comodato voltadas especialmente para a agricultura urbana e periurbana. Trata-se da agricultura praticada no interior (agricultura intraurbana) ou na periferia (agricultura periurbana) de uma localidade, cidade ou metrópole, cultivando, produzindo, criando, processando e distribuindo uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares, utilizando os recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro ou em redor da área urbana. A agricultura urbana é realizada geralmente em pequenas áreas e destina-se, sobretudo a uma produção para utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala, em mercados locais. Pratica-se principalmente em quintais, em terraços ou pátios, ou ainda em hortas urbanas – espaços comunitários ou espaços públicos não urbanizados (MOUGEOT, 1999)

Quando analisamos os gráficos seguintes, percebemos que mais da metade dos produtores da agricultura familiar possuíam renda inferior a um salário mínimo, e esse número, depois do projeto de orgânicos, caiu para menos de 5% dos produtores. Outro dado que se destaca é o crescimento do número de produtores que passaram a ganhar mais que R\$ 1.000,00, que antes do projeto se limitava a 9% e hoje mostra-se com 40% do total de produtores. Com este comparativo, podemos comprovar que com o projeto de orgânicos em Campo Grande, 77% dos produtores da agricultura familiar passaram a ter renda aproximada da média nacional do mesmo segmento, que é de em aproximadamente dois salários mínimos, o que totaliza R\$ 1.090,00. (mil e noventa reais).

GRÁFICO 2 - RENDA ANTERIOR

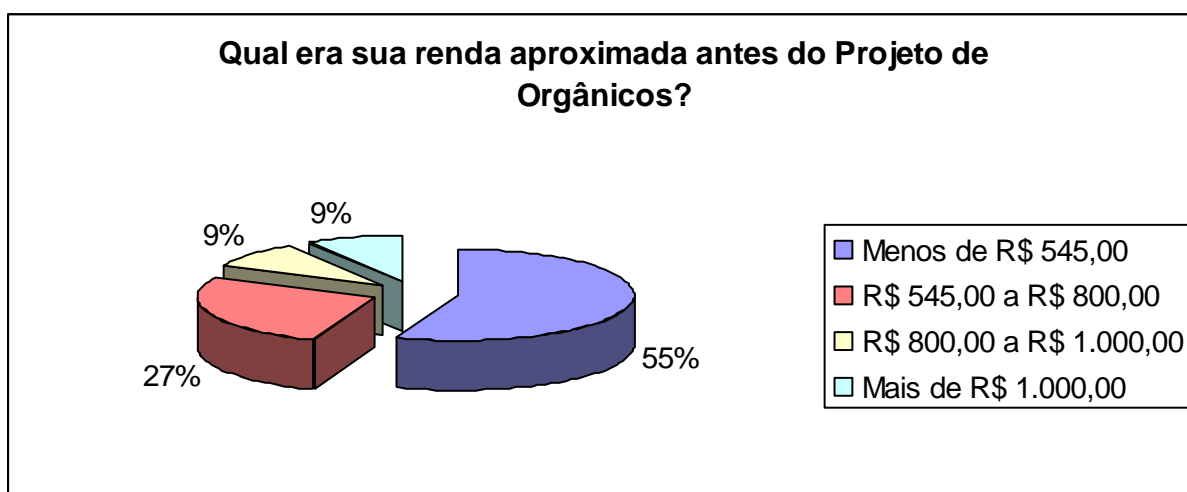
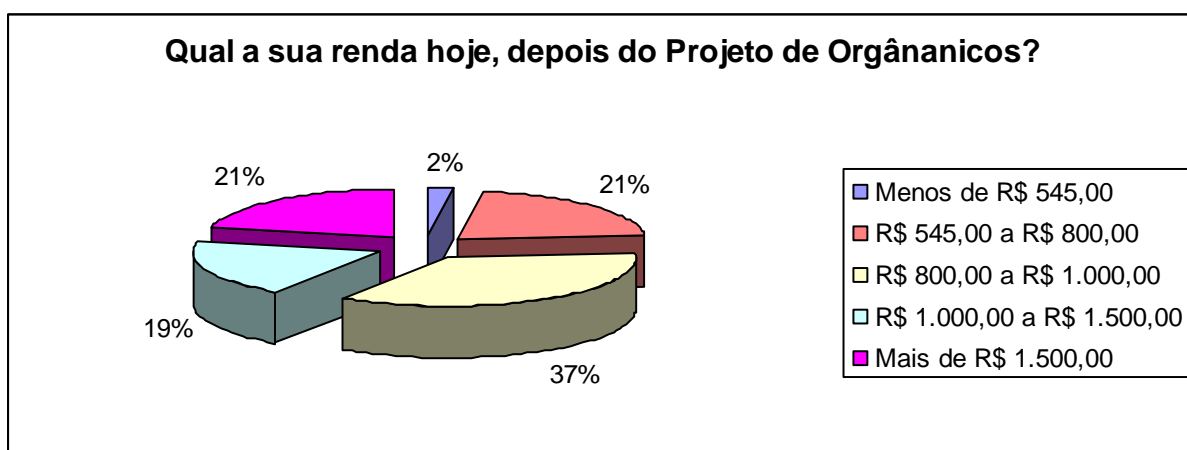


GRÁFICO 3 - RENDA ATUAL

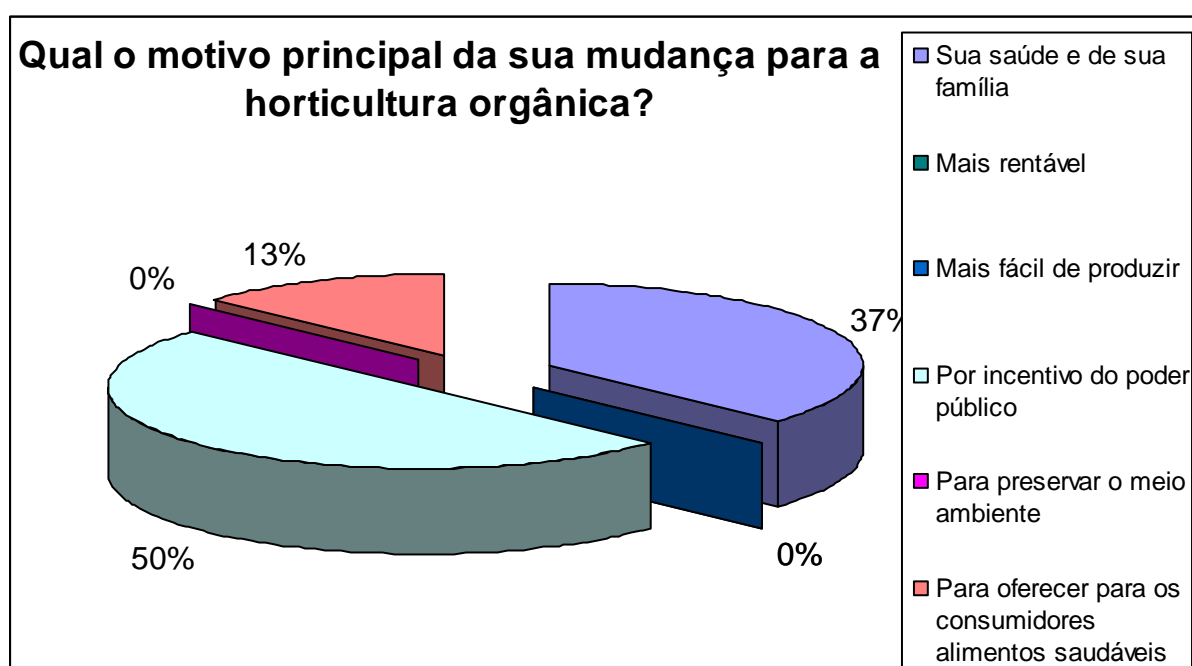


Este comparativo pode ser comprovado na prática, quando observamos os produtores de orgânicos no decorrer dos últimos anos. O impacto que o incremento na renda ocasionou nas famílias é visível em suas residências, com uma variedade maior de eletrodomésticos e reformas; na propriedade, com a aquisição de novas ferramentas, implementos e insumos orgânicos; investimentos em automóveis e celulares e até mesmo mudanças pessoais, tais com a melhoria na aparência e na auto-estima.

O gráfico 4 nos mostra a influência positiva que o poder público pode ocasionar em um grupo, principalmente através de parcerias como foi o caso de Campo Grande – MS. Vindo do produtor rural espontaneamente, esta resposta nos mostra a credibilidade e o sucesso das políticas adotadas pela Prefeitura Municipal local. Este caso passa a ter um destaque nacional pelo fato de não existir outra

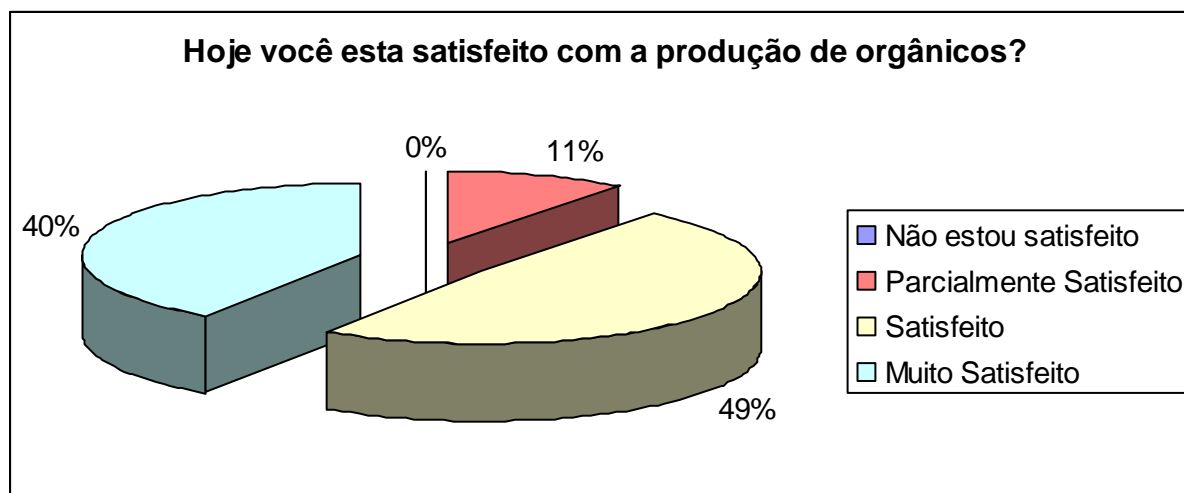
Capital que desenvolva um trabalho tão efetivo de assistência técnica e extensão rural, atividade esta restrita às ATER credenciadas pelo MDA. Hoje, em vista de anos anteriores, a agricultura familiar passou a ter certo destaque, mas muito insuficiente, pois se restringe ao PRONAF e à Previdência Rural. Com esse resultado comprovamos que as políticas públicas eficientes vão além do recurso financeiro, focalizam invariavelmente a assistência técnica e a extensão rural, atividade esta que se encontra em colapso em todo o Brasil.

GRÁFICO 4 – TRANSIÇÃO



Outro percentual relevante foi o da preocupação com o seu próprio bem estar e de sua família, já que 37% dos entrevistados optaram por essa resposta. Dados nos mostram que hoje o maior prejudicado com o uso de insumos químicos, entre eles os pesticidas, é o próprio agricultor e seus familiares, pois além de aplicá-los, eles permanecem no local da aplicação onde residem, e com o agravante de consumir diariamente esses produtos contaminados.

GRÁFICO 5 - SATISFAÇÃO



É sabido que o ser humano, nas diversas atividades a que se dedica, produz mais e melhor quando está satisfeito com aquilo que realiza. O nível de satisfação demonstrado pelos produtores, evidenciado no Gráfico 5, indica que a produção orgânica e seus desencadeamentos suprem as necessidades e aspirações do produtor da agricultura familiar, pois aumenta a sua renda, melhora sua qualidade de vida e o destaca como produtor e ser humano.

Este indicativo deixa entrever também um nível de segurança bastante significativo para a continuidade das ações do poder público no trabalho de fomento e organização da produção orgânica no Município de Campo Grande. Inclusive com a implantação de estruturas visando o processamento desta produção e conseqüente agregação de valor. Atende também demanda do próprio PNAE, quando prevê e sugere a aquisição de alimentos pré-processados na alimentação escolar, facilitando sua operacionalização por parte das merendeiras.

As informações confirmam que a conversão para a agricultura orgânica proporcionou um impacto favorável nas diferentes dimensões da sustentabilidade. À medida que o sistema orgânico vai se consolidando, existe uma tendência de equilíbrio entre as diferentes dimensões, o que indica que a agricultura orgânica que vem sendo praticada pelos agricultores familiares pode ser considerada como uma referência de sustentabilidade (DAROLT, 2000).

De acordo com as análises feitas durante estes quase quatro anos de acompanhamento, associadas ao questionário aplicado, elencamos alguns problemas enfrentados pelos produtores:

a) A sazonalidade na produção de hortaliças: Os horticultores sulmato-grossenses enfrentam um problema muito difícil de ser equacionado, o período chuvoso, que começa em dezembro e se estende a março. Dificultando a produção de hortaliças, principalmente as orgânicas. A sazonalidade prejudica a manutenção de contratos comerciais, dificultando a constância da oferta, pois há uma escassez de produtos, principalmente os mais comercializados, tais como, alface, salsa, tomate, couve e rúcula.

b) Falta de capacidade de crédito: A grande maioria dos produtores do grupo, em torno de 80%, não possui capacidade de crédito. Este fato se dá por vários entraves burocráticos, mas principalmente por dois motivos: a inadimplência de créditos anteriores e a falta de garantia. Como parte dos produtores é advinda de programas de reforma agrária, e por isso ainda não possuem o título da terra, não podem usá-la como garantia. Desta forma, comprovamos uma certa incoerência nos programas ditos como de combate à pobreza rural, já que por ser pobre não tem bens, e se não tem bens não podem acionar o crédito. O produtor está fadado a permanecer no mesmo patamar, o da mediocridade ou, pior, da pobreza.

c) O perfil do produtor da Agricultura Familiar de Campo Grande: O produtor da agricultura familiar de Campo Grande, como de grande parte do Estado, tem características bem peculiares, que os diferem dos produtores de outros estados. Eles não possuem tradição na atividade hortícola. Quando estudamos a origem desses produtores, percebemos que eles são remanescentes da pecuária extensiva, e quando da agricultura, são de uma agricultura extensiva e de monocultura. Muitos nem origem rural têm, são trabalhadores urbanos, que viram na reforma agrária uma oportunidade de mudança de vida, mas que não possuem nenhuma intimidade com a terra.

d) A falta de um comportamento associativista: Como descrito no item “c”, o produtor não tem origem agrícola, muito menos associativista. Ele é oriundo de grandes fazendas, geralmente como empregado, arrendatário ou parceiro, atividades estas que incentivam a individualidade e até mesmo uma certa desconfiança do outro. Por este motivo, a necessidade de convivência e de trabalho em grupo se torna gargalo do processo. No caso da agricultura familiar, o associativismo é indispensável, pois como produtor individual torna-se difícil viabilizar escala e volume de produção.

e) Dependência de políticas públicas: O produtor já inicia a sua trajetória dependente de políticas públicas. Para os assentados do INCRA, a dependência vem do período dos acampamentos, onde recebem cestas básicas e outras formas de subsídio, e no caso do Crédito Fundiário, o recurso para a compra da terra; o PRONAF é uma linha de crédito voltada especialmente para o produtor da Agricultura Familiar; os programas PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, PNAE, que compra hoje 30% da agricultura familiar, exigência esta prevista em lei. (Anexo lei da Alimentação Escolar) e o PNPB – Programa Nacional da Produção e Uso do Biodiesel, entre outros de menor proporção.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho tratou de um caso específico, o da produção de orgânicos pela agricultura familiar na cidade de Campo Grande – MS. Focalizou seu início, desenvolvimento e amadurecimento, até chegar ao processo de formalização como cooperativa. Foram levantadas as dificuldades enfrentadas no campo da produção e na transição para o orgânico, até os meios de comercialização.

Os resultados alcançados ao longo desses anos de observação, associados à pesquisa de campo, nos respondeu e nos levou a alguns questionamentos.

O objetivo do trabalho foi alcançado, pois, de acordo com a pesquisa realizada com os produtores, podemos afirmar a viabilidade econômica do empreendimento orgânico dentro da agricultura familiar, medida pelo incremento na renda familiar, na melhoria da qualidade de vida e no grau de satisfação manifestado.

Podemos observar a importância e o impacto causado por uma tecnologia social bem empregada, como foi o caso do projeto PAIS. Todo o processo foi desencadeado a partir do referido projeto, uma série de acontecimentos foi surgindo a partir das necessidades dos produtores e estas se deram em função da horta piloto. O PAIS como tecnologia social precisou ser empregado e disseminado, e este fator só se viabilizou em Campo Grande devido às parcerias de instituições públicas como o SEBRAE, a Fundação Banco do Brasil e a Prefeitura Municipal.

Políticas públicas bem direcionadas, associadas à vontade de implementá-las por parte das instituições, mostrou-se como o principal componente de incentivo ao início de um novo projeto por parte dos produtores. Quando os recursos públicos são administrados de forma planejada, participativa e direcionada, inevitavelmente os resultados são positivos, como afirmam os resultados deste trabalho.

Comprovamos que, sem o sistema cooperativista, os esforços do grupo seriam em vão, pois a associação dos produtores viabilizou a assistência técnica, o

processo de certificação e os meios de comercialização, tanto no mercado varejista local, pequenas indústrias e programas federais, tais como o PAA e o PNAE.

Avanços foram realizados em Campo Grande, o caminho foi relativamente curto, porém muito intenso. No entanto, muita coisa ainda há para ser feita, principalmente na parte de processamento do produto orgânico da agricultura familiar. A alternativa é fortalecer cada vez mais a Cooperativa, para que ela por si só processe e comercialize esses produtos, reduzindo problemas de sazonalidade, desperdício e logística. O momento é propício, os compradores não se limitam ao mercado varejista e pequenas indústrias, mas principalmente o próprio governo, pois o próprio PNAE hoje enfrenta um problema sério relacionado à qualidade da alimentação escolar.

O mercado pede e entende a necessidade dos alimentos sustentáveis, por esse motivo o futuro no ramo dos orgânicos nunca se limitará a um modismo ou fase, tornou-se uma questão de sobrevivência.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre, UFRGS, 1989.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006a, p. 1.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**, Brasília, DF. 2006b. Disponível em:< http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Census_Agriculture/Country_info_2010/Reports/BRA_BRA_REP_2006.pdf> Acesso em: 04 de outubro de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília: MDS, 2007. 28p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Legislação para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – Brasília: Mapa/ACS, 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Programas: PAA**. Brasília: MDA/SFA, 2011a. Disponível em< <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa/2290334>>. Acesso em: 26 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas - Alimentação Escolar**. Brasília: MEC/FNDE, 2011b. Disponível em:< <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 16 set. 2011.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate**. Série Desenvolvimento Sustentável, IICA, Brasília. 2006.

DAROLT, M. R. **As Dimensões da Sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR**. Curitiba, 2000. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná/ParisVII. 310

LAGO, Antonio, PÁDUA, José A. **O que é Ecologia**. 1 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.

ORMOND, J.G.P., PAULA, S. R. L., FAVEREST, P. **Agricultura Orgânica: Quando o Passado é Futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, 2002.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul. **Projeto de Implantação de Central de Processamento de Frutas, Legumes e Verduras Orgânicas em Campo Grande, MS**. Sebrae/MS: Campo Grande. No prelo.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul. **Projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável**. Disponível em:<<http://www2.ms.sebrae.com.br/uploads/UAI/portalsebrae/siteuagro/pais.html>>. Acesso em 26 out. 2011.

Wikipédia – A enciclopédia livre. **Campo Grande – MS**. Disponível em:<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_\(Mato_Grosso_do_Sul\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_(Mato_Grosso_do_Sul))> Acesso em 26 out. 2011.

ANEXOS